

RELATÓRIO DA DIRETORIA

FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS – em Recuperação Judicial
CNPJ: 87.546.636/0001-11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Senhores Acionistas FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS – em Recuperação Judicial

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2022, comparativamente a 2021, ficando, desde já, à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Bento Gonçalves – RS, 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS – em Recuperação Judicial
CNPJ: 87.546.636/0001-11
BALANÇO PATRIMONIAL – em Reais

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	114.811.258,70	107.837.053,91
CIRCULANTE	28.051.968,11	24.756.597,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.067.203,40	2.196.352,83
Caixa	8.758,88	140,08
Bancos	1.058.444,52	2.196.212,75
CRÉDITOS REALIZÁVEIS EXERCÍCIO SEGUINTE	26.897.630,26	22.480.156,22
Clientes Mercado Interno	13.860.936,18	11.044.544,67
Clientes Mercado Externo	1.006.497,22	395.453,29
Estimativa de Perdas com Créditos	(399.668,75)	(2.377,70)
Bancos Contas Vinculadas	913.802,42	517.851,48
Impostos a Recuperar	1.192.422,48	931.164,04
Adiantamento a Funcionários	585.117,17	234.330,11
Adiantamento a Fornecedor	924.127,23	177.541,61
Estoques Diversos	8.814.396,31	9.181.648,72
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	87.134,45	80.088,11
Despesas Diferidas	87.134,45	80.088,11
NÃO CIRCULANTE	86.759.290,59	83.080.456,75
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	11.298.418,60	12.585.771,03
Depósitos Compulsórios	0,00	89.705,69
Depósitos Judiciais	478.440,24	1.632.967,99
Outros Créditos a Receber	133.252,62	176.371,61
Ativo Fiscal Diferido	10.686.725,74	10.686.725,74
INVESTIMENTOS	27.462.596,72	27.558.286,19
Participações por Incentivos Fiscais	875,44	875,44
Participações em Outras Empresas	999,05	999,05
Participações em Coligadas ou Controladas	27.460.722,23	27.556.411,70
IMOBILIZADO	35.760.387,32	30.646.406,03
Imobilizações Diversas	67.311.700,25	59.652.575,52
(-) Depreciações Acumuladas	(31.551.312,93)	(29.006.169,49)
INTANGÍVEL	12.237.887,95	12.289.993,50
Aplicações Implantação de Sistemas	1.976.794,67	1.976.794,67
(-) Amortizações Acumuladas	(1.971.671,12)	(1.919.565,57)
Marcas e Patentes	12.232.764,40	12.232.764,40

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO	114.811.258,70	107.837.053,91
CIRCULANTE	26.338.967,34	25.660.588,64
Fornecedores Diversos	6.206.441,07	3.873.943,25
Instituições Financeiras Finames/CDC	238.339,73	238.339,73
Instituições Financeiras Capital de Giro	9.922.133,81	12.406.752,91
Impostos e Contribuições a Recolher	1.077.098,51	908.220,38
Parcelamentos Federais	1.800.316,91	1.907.756,62
Parcelamentos Estaduais	354.766,69	792.864,16
Obrigações Sociais Trabalhistas a Recolher	970.306,19	787.789,55
Salários e Participação a Pagar	971.906,51	817.751,90
Provisão de Férias	2.623.441,76	2.036.377,08
Credores Diversos	2.174.216,16	1.890.793,06
NÃO CIRCULANTE	46.974.868,18	47.717.741,41
Fornecedores	5.108.814,00	5.222.429,69
Instituições Financeiras Finames/CDC	6.393.466,50	5.864.345,85
Instituições Financeiras Capital de Giro	19.646.496,97	17.295.897,33
Mútuo de Acionistas e Controladora	0,00	2.103.157,83
Obrigações Financeiras com Terceiros	5.304.064,38	5.304.064,38
Impostos e Contribuições Diferidos	3.681.432,90	3.725.194,13
Parcelamentos Estaduais	557.820,82	822.532,02
Parcelamentos Federais	4.374.350,96	5.919.761,12
Provisão para Contingências	1.451.245,82	567.859,06
Credores Diversos	0,00	892.500,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	457.175,83	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.497.423,18	34.458.723,86
CAPITAL SOCIAL	17.130.000,00	13.646.000,00
Capital Social Autorizado	17.130.000,00	13.646.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	18.924.467,75	22.014.194,81
Reserva Reavaliação	15.228.817,95	15.273.114,91
Ajuste Avaliação Patrimonial 2010	7.377.082,70	7.865.098,20
Tributos Diferidos sobre Reavaliações	(3.681.432,90)	(3.725.194,13)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	2.601.175,83
RESERVAS DE LUCROS	10.511.501,13	10.524.913,95
Reservas de Lucros	(175.224,61)	(161.811,79)
Tributos Diferidos sobre Prejuízos Fiscais	10.686.725,74	10.686.725,74
RESULTADOS ACUMULADOS	(5.068.545,70)	(11.726.384,90)
Prejuízos Acumulados	(11.682.087,94)	(29.293.472,71)
Resultado do Exercício	6.613.542,24	17.567.087,81

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS – em Recuperação Judicial
CNPJ: 87.546.636/0001-11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – em Reais

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA BRUTA	161.371.579,48	133.264.622,32
Vendas Mercado Interno	159.686.562,44	131.896.010,19
Vendas Mercado Externo	1.685.017,04	1.368.612,13
(-) Deduções de Vendas	(30.232.125,56)	(25.378.087,89)
Devoluções	(896.805,70)	(881.008,56)
Abatimentos sobre Vendas	(2.729,90)	0,00
Impostos e Contribuições	(29.332.589,96)	(24.497.079,33)
RECEITA LÍQUIDA	131.139.453,92	107.886.534,43
(-) CPV - Custo dos Produtos Vendidos	(118.500.438,97)	(94.819.349,81)
LUCRO BRUTO	12.639.014,95	13.067.184,62
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.949.485,57)	954.416,34
Despesas Gerais e Administrativas	(4.449.011,74)	(4.214.985,55)
Despesas Comerciais	(3.675.057,94)	(3.525.260,20)
Despesas Tributárias	(60.640,18)	(48.217,74)
Outras Despesas Operacionais	(3.926.278,29)	(325.317,10)
Outras Receitas Operacionais	9.257.192,05	9.171.860,29
Resultado na Equivalência Patrimonial	(95.689,47)	(103.663,36)
RESULTADO ANTES RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	9.689.529,38	14.021.600,96
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(3.179.921,13)	8.976.785,64
Despesas Financeiras	(5.843.743,12)	(5.861.071,45)
Receitas Financieras	34.442,86	61.252,86
Atualização SELIC Processo Eletrobrás	3.396.590,89	0,00
Despesas Financeiras com RJ	(978.448,46)	0,00
Descontos Obtidos com a RJ	211.236,70	14.776.604,23
RESULTADO ANTES DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS	6.509.608,25	22.998.386,60
VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS E PASSIVAS	103.933,99	45.688,38
Variações Monetárias Ativas	321.497,83	45.688,38
Variações Monetárias Passivas	(217.563,84)	0,00
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTARIAS	6.613.542,24	23.044.074,98
IRPJ e CSLL Diferidos	0,00	(5.476.987,17)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.613.542,24	17.567.087,81
Lucro (Prejuízo) por ação	68.180,85	181.104,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS – em Recuperação Judicial
CNPJ: 87.546.636/0001-11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – em Reais

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido do Exercício	6.613.542,24	17.567.087,81
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	488.015,50	1.917.361,60
Realização da Reserva da Reavaliação	44.296,96	519.085,93
Resgate de Ações	13.412,82	67.529,66
Tributos Diferidos sobre Reavaliações	43.761,23	2.886.279,31
Tributos Diferidos sobre Prejuízos Fiscais	0,00	5.476.987,17
Total do Resultado Abrangente Líquido de Tributos	7.203.028,75	28.434.331,48

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS – em Recuperação Judicial
CNPJ: 87.546.636/0001-11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – em Reais
Método Indireto

	29/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	6.613.542,24	17.567.087,81
Resultado na Equivalência Patrimonial	95.689,47	(103.663,36)
(+) Depreciações e Amortizações	2.597.248,99	1.972.167,17
(Aumento) Redução de Clientes	(3.427.435,44)	(5.587.922,24)
Aumento (Redução) de EPCLD	397.291,05	(87.040,37)
(Aumento) Redução Bancos Conta Vinculada	(395.950,94)	792.077,08
(Aumento) Redução de Impostos a Compensar	(261.258,44)	(390.303,47)
(Aumento) Redução de Adiantamentos Diversos	(1.097.372,68)	(117.309,45)
(Aumento) Redução dos Estoques	367.252,41	(3.744.464,34)
(Aumento) Redução Despesas Diferidas	(7.046,34)	(8.354,35)
(Aumento) Redução dos Depósitos Judiciais/Compulsórios	1.244.233,44	0,00
(Aumento) Redução de Outros Créditos	43.118,99	0,00
Aumento (Redução) de Fornecedores	2.218.882,13	(904.594,24)
Redução de Impostos e Contribuições a Recolher	168.878,13	295.701,58
Aumento (Redução) de Obrigações Trabalhistas a Pagar	923.735,93	(1.415.834,61)
Aumento (Redução) de Obrigações a Recolher - Parcelamento	(2.355.658,54)	787.180,39
Aumento de Outros Débitos	(609.076,90)	(893.510,28)
Aumento (Redução) de Provisões para Contingências	883.386,76	(1.555.155,94)
Aumento (Redução) Ativo Fiscal Diferido	0,00	7.758.781,09
Caixa Líquido Gerado - Atividades Operacionais	7.399.460,26	14.364.842,47
Atividades de Investimentos		
Resultado na Venda do Imobilizado	1.072.980,41	759.927,74
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(8.732.105,14)	(8.111.559,51)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(2.601.175,83)	(536.000,00)
Caixa Líquido Consumido - Atividades de Investimentos	(10.260.300,56)	(7.887.631,77)
Atividades de Financiamento		
Aumento (Redução) dos Financiamentos de Curto Prazo	(2.484.619,10)	5.281.577,22
Aumento (Redução) dos Financiamentos de Longo Prazo	2.879.720,29	(1.932.628,41)
Aumento (Redução) Financiamento do FUNDOPEM ICMS	0,00	(3.083.471,64)
Aumento (Redução) de Adiantamento Futuro Aumento de Capital	457.175,83	0,00
Aumento (Redução) do Mútuo Acionistas e Controladora	(2.103.157,83)	(2.854.865,99)
Aumento (Redução) de Imposto Diferidos - ANC	(43.761,23)	2.886.279,31
Aumento (Redução) Reserva Incentivos Fiscais	(13.412,82)	(67.529,66)
Variação do Capital Social Autorizado	3.484.000,00	536.000,00
Aumento (Redução) Tributos Diferidos sobre Reavaliações - PL	43.761,23	(3.577.408,03)
Aumento (Redução) Tributos Diferidos sobre Prejuízos Fiscais - PL	0,00	(2.281.793,92)
Aumento (Redução) Tributos Diferidos	0,00	12.759.308,03
Aumento (Redução) Ajuste Aval. Patrim. 2010 e Res. Reavaliação - PL	(488.015,50)	(12.261.743,96)
Caixa Líquido Gerado - Atividades de Financiamentos	1.731.690,87	(4.596.277,05)
Total Variação de Caixa nas Atividades	(1.129.149,43)	1.880.933,65
Variação Líquida nas Disponibilidades	(1.129.149,43)	1.880.933,65
Saldo de Caixa no Início do Período	2.196.352,83	315.419,18
Saldo de Caixa no Final do Período	1.067.203,40	2.196.352,83

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS – em Recuperação Judicial
CNPJ: 87.546.636/0001-11
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – em Reais

MUTAÇÕES	Capital Social Realizado	Reserva de Capital				Reservas de Lucros			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Reavaliação	Ajuste Avaliação Patrimonial	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	IRPJ/CSLL sobre Reserva de Reavaliação	IRPJ/CSLL Sobre Prejuízos Fiscais	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	
Saldo em 31/12/2020	13.110.000	17.709.562	17.690.395	3.137.176	(147.786)	12.968.520	(94.282)	(42.052.781)	22.320.804
Aumento Capital	536.000	0	0	(536.000)	0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	0	0	17.567.088	17.567.088
Realização da Reserva da Reavaliação	0	(2.436.448)	(9.825.296)	0	0	0	0	17.214	(12.244.529)
Ajuste Tributos Diferidos	0	0	0	0	(3.577.408)	(2.281.794)	0	12.742.094	6.882.892
Resgate de Ações	0	0	0	0	0	0	(67.530)	0	(67.530)
Saldo em 31/12/2021	13.646.000	15.273.115	7.865.098	2.601.176	(3.725.194)	10.686.726	(161.812)	(11.726.385)	34.458.724
Aumento Capital	3.484.000	0	0	(2.601.176)	0	0	0	0	882.824
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	0	0	6.613.542	6.613.542
Realização da Reserva da Reavaliação	0	(44.297)	(488.016)	0	0	0	0	44.297	(488.016)
Ajuste Tributos Diferidos	0	0	0	0	43.761	0	0	0	43.761
Resgate de Ações	0	0	0	0	0	0	(13.413)	0	(13.413)
Saldo em 31/12/2022	17.130.000	15.228.818	7.377.083	0	(3.681.433)	10.686.726	(175.225)	(5.068.546)	41.497.423

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS – em Recuperação Judicial
CNPJ: 87.546.636/0001-11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA 1 – Informações Gerais

A **Farina S/A Componentes Automotivos** é uma sociedade anônima de capital fechado constituída no País, tendo por objetivo social a indústria metalúrgica em geral, incluindo fundição e usinagem de peças e produção de componentes automotivos, o comércio, exportação e importação de ferro, aço e seus derivados, bem como de componentes automotivos, a prestação de serviços de usinagem e de análises em laboratório metalúrgico.

NOTA 2 – Recuperação Judicial

A Companhia ajuizou ação de recuperação judicial na data de 31/03/2015, tendo o feito sido distribuído à 1ª Vara Cível de Bento Gonçalves – RS. Cumpridas as exigências legais, o processamento da recuperação foi deferido em 06/04/2015, em decisão proferida nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 05/06/2015 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, o qual foi recebido pelo Juízo. Em 04/12/2015 foi instalada a primeira Assembleia Geral de Credores, com a presença de mais de 50% dos créditos de cada classe. Esta assembleia foi suspensa. Em 25/01/2016 foi aberta a assembleia suspensa em 04/12/2015, onde novamente foi suspensa até 11/03/2016, quando foi realizada no Fórum de Bento Gonçalves, a Assembleia Geral de Credores (AGC) referente à Recuperação Judicial da Empresa Farina S/A. Neste dia, estavam presentes 70,71% dos créditos habilitados na Recuperação Judicial em todas as quatro classes. O Plano foi apresentado pelo procurador da recuperanda, que consiste, em termos gerais como meio de recuperação, a alienação de bens e de ativos da empresa e dos acionistas, seja para pagamento dos credores, seja com medidas destinadas à própria preservação da atividade empresarial. Após a apresentação do plano, o Administrador Judicial colocou o plano em votação, onde o resultado de cada classe por crédito foi o seguinte: (a) credores garantia real com 71,60% de aprovação; (b) credores quirografários com 67,14% de aprovação; (c) credores trabalhistas com 100% de aprovação e (d) credores ME/EPP com 100% de aprovação. Em termos de presentes nesta Assembleia, haviam 308 instituições/credores presentes ou com procurações, onde o plano foi aprovado por 304 dos participantes. Assim, com o resultado acima, o plano de recuperação da Farina S/A foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores. A partir desta aprovação, a Farina continua operando normalmente e continuará dedicando esforços para cumprir o plano apresentado.

No dia **09/06/2020**, houve o trânsito em julgado do recurso interposto por uma instituição financeira perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que deu início à contagem de prazo para cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado na assembleia geral de credores. Desta forma, conforme determina a lei, após o trânsito em julgado, a prioridade nos recebimentos são os credores da classe trabalhista que foram todos pagos, e os demais após o período de carência (2 anos) estão sendo pagos conforme regras do plano de cada classe.

NOTA 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis, apresentadas de forma comparativa com o exercício anterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, com as respectivas modificações ocorridas por força da Lei nº 11.941/2009. A Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009 modificaram a Lei nº 6.404/1976 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

a) Ativos Financeiros – Os valores de mercado dos ativos financeiros da Companhia (bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes) aproximam-se do seu valor contábil nas datas dos balanços, sendo avaliados por sua administração como de riscos mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com instituições financeiras de reconhecida solidez. No exercício de 2022 não houve operações com instrumentos financeiros derivativos.

b) Aplicações Financeiras – As contas de aplicações financeiras de curto prazo estão reconhecidas pelo seu valor atualizado até as datas das demonstrações contábeis, sendo que está contabilizado pelo valor bruto com os tributos que serão retidos no momento do resgate.

c) Contas a Receber de Clientes e Outras – A maior parte das vendas é efetuada com base em prazos normais de crédito e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Quando o crédito foi estendido além dos prazos normais de crédito, as contas a receber também foram mensuradas pelo valor faturado, sem que fosse lançado a variação que ora poderia ocorrer, visto que os cálculos de descapitalização a valor presente, com a utilização de taxas de juros de mercado, se mostraram com variação insignificante perante ao montante dos créditos a receber de clientes. Ao final de cada período de relatório, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver evidência, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Os valores referentes a adiantamento de clientes se tratam de operações de curto prazo, não cabendo cálculos de descapitalização financeira. As vendas feitas para o exterior estão convertidas para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

d) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – Constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, sendo que o valor estimado é alterado em função das expectativas com relação à possibilidade de recuperação dos valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. Esta estimativa está contabilizada diminuindo o valor da conta de clientes e foi calculada baseado na evolução histórica das perdas.

e) Estoques – Estoques de matérias primas são apresentados pelo custo médio de aquisição, sendo que os produtos em elaboração e os produtos prontos são avaliados pelo custo de produção determinado através do sistema de custo integrado e coordenado com a contabilidade, cujos valores não superam o valor de realização ou mercado. Não foi constituída Estimativa de Perdas com Estoques Obsoletos, pois a produção de itens é sob encomenda e as perdas são imediatamente lançadas no resultado.

f) Investimentos – Investimentos não relevantes, adquiridos até 31/12/1996 estão representados pelo valor corrigido até aquela data. O investimento na controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

g) Imobilizado – A partir de 01/01/2010 para cálculo das depreciações a Companhia utilizou-se do laudo de avaliação emitido pela empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais, sendo adotado como método os princípios aprovados pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especificamente o CPC 01 que trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao CPC 27 que trata do Ativo Imobilizado e ao CPC 04 que trata dos Ativos Intangíveis, bem com as Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas que tratam da avaliação de bens e determinação da vida útil. Em função da faculdade disposta no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, houve a opção pela manutenção do saldo da Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização. A depreciação está calculada pelo método linear sobre os valores nominais ou reavaliados, com base em taxas adequadas ao tempo de vida útil dos bens, suportadas por laudos externos. Referidos laudos comprovam, também, que o saldo registrado contabilmente não supera ao de mercado. Durante o exercício não foi constatado nenhum declínio significativo na eficiência de seu parque industrial que merecesse revisão de valores recuperáveis. Não existem valores de arrendamentos financeiros.

h) Ativos Intangíveis – Ativos intangíveis consistem em *softwares* de computador adquiridos reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada. Os *softwares* são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment – Em cada encerramento de exercício, o imobilizado, os ativos intangíveis e os investimentos são revistos para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Similarmente, em cada data de encerramento de exercício, os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda menos custos para concluir e vender. Se um item de estoque apresentar problemas de recuperação, seu valor contábil é reduzido ao preço de venda menos custos para concluir e vender e uma perda por redução ao valor recuperável, é reconhecida imediatamente no

resultado do exercício. A administração da Companhia não identificou, através da revisão do valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente imobilizado, eventos ou mudanças nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Diante disso, a Companhia não identificou necessidade de redução de valores de seus ativos por *impairment*.

j) Custos de Empréstimos – Todos os custos de empréstimos bancários são reconhecidos no resultado do exercício, pelo regime de competência, no período em que forem incorridos.

k) Contas a Pagar a Fornecedores – Contas a pagar a fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros.

l) Reconhecimento de Receitas – A receita da venda de produtos é reconhecida quando do faturamento, em função da entrega ser imediata. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

m) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes – Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes, caso contrário, são demonstrados como circulantes.

n) Impostos Sobre Vendas – Incidem sobre as receitas de vendas para o mercado interno os seguintes tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Contribuição para a Seguridade Social – COFINS, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB. Estes tributos não afetam a margem de lucro nas vendas para o mercado externo. Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do ICMS, PIS e COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado.

o) Reconhecimento do Resultado – O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

p) Demonstrativo dos Fluxos de Caixa e de Resultado Abrangentes – O Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DFC foi elaborado pelo método indireto.

NOTA 4 – Receitas

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA BRUTA	161.371.579,48	133.264.622,32
Vendas Mercado Interno	159.686.562,44	131.896.010,19
Vendas Mercado Externo	1.685.017,04	1.368.612,13
(-) Deduções de Vendas	(30.232.125,56)	(25.378.087,89)
Devoluções	(896.805,70)	(881.008,56)
Abatimentos sobre Vendas	(2.729,90)	0,00
Impostos e Contribuições	(29.332.589,96)	(24.497.079,33)
RECEITA LÍQUIDA	131.139.453,92	107.886.534,43

NOTA 5 – Outras Receitas Operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação CR Processo Exclusão ICMS PIS/COFINS	4.368.879,39	4.653.954,04
Selic Recuperação CR Processo Exclusão ICMS PIS/COFINS	4.032.811,71	4.295.957,53
Credito Processo Eletrobrás	813.500,95	0,00
Receitas Vendas Imobilizado	42.000,00	219.571,02
Receitas Diversas	0,00	2.377,70
Total	9.257.192,05	9.171.860,29

NOTA 6 – Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
--	------------	------------

Matérias Primas	2.175.073,68	3.214.704,62
Materiais Auxiliares	2.047.946,49	2.016.306,77
Materiais de Embalagem	95.724,73	131.411,95
Materiais de Consumo	0,00	65.343,67
Materiais de Higiene E Limpeza	11.483,37	7.050,50
Materiais de Manutencao	1.245.343,10	848.325,71
Materiais de Segurança	143.273,63	99.197,89
Materiais de Expediente	18.027,61	18.057,40
Produtos em Elaboração	442.900,65	712.250,12
Produtos Acabados	1.264.427,58	534.090,50
Materiais em Poder De Terceiros	1.045.266,32	1.214.589,08
Ferramentais para Revenda	324.929,15	320.320,51
	8.814.396,31	9.181.648,72

NOTA 7 – Despesas do Exercício Seguinte

As despesas do exercício seguinte correspondem à despesa diferida de prêmios de seguros no valor de R\$ 87.134,45.

NOTA 8 – Investimentos

Considerando a aprovação em assembleia geral de credores e posterior homologação do plano de recuperação judicial de Farina S/A Componentes Automotivos, no qual em seu item 1.4 previa expressamente o que segue: “Até que ocorra quitação do passivo, a empresa está autorizada a realizar operações e reorganizações societárias, nas quais se considera incluída constituição de subsidiária. Os credores sujeitos ao Plano não podem se opor a nenhuma operação societária. E ainda o item 5.2 “A empresa, ao seu exclusivo critério e na busca da preservação de sua atividade e do pagamento dos créditos sujeitos à sua recuperação judicial, poderá constituir, com seus ativos operacionais, sociedade subsidiária com propósitos imobiliários. ” Foi integralizado em Gioia Participações e Negócios Ltda. em 15/06/16 diversos ativos imobiliários que totalizaram o valor de R\$ 16.202.577,00 fazendo com que a Farina S/A se torne controladora do referido investimento. A controlada GIOIA fez uma Mais Valia de Propriedades para Investimentos, gerando um reflexo de R\$ 11.909.924,63 no valor do investimento.

Outros Investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, conforme a Lei nº 9.249/95.

Descrição	Saldo 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Saldo 31/12/2022
INVESTIMENTOS	27.558.286,19	(95.689,47)	27.462.596,72
Tuplama Tubos Plas. Amazônia	668,40	0,00	668,40
Embraer	207,04	0,00	207,04
Participações CRT	584,57	0,00	584,57
Participações Bradesco S/A	414,48	0,00	414,48
Participações GIOIA	15.646.487,07	(95.689,47)	15.550.797,60
GIOIA Ajuste Avaliação Patrimonial Reflexa	11.909.924,63	0,00	11.909.924,63

NOTA 9 – Imobilizado e Intangível

No exercício de 2022, ocorreram as seguintes movimentações:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
IMOBILIZADO	59.652.575,52	8.732.105,14	1.072.980,41	31.551.312,93	35.760.387,32

Terrenos	9.503.690,79	95.892,75	0,00	0,00	9.599.583,54
Prédios	5.004.489,95	187.704,07	453.247,80	2.651.434,60	2.087.511,62
Móveis e Utensílios	666.529,12	94.019,85	13821,55	587.333,04	159.394,38
Veículos	430.839,27	69.837,95	0,00	407.023,19	93.654,03
Máquinas e Equipamentos	39.213.637,15	6.589.330,57	327.359,36	24.320.774,28	21.154.834,08
Equipamentos Informática	487.418,34	115.109,29	3.191,70	465.400,13	133.935,80
Laboratório	794.183,86	39.261,10	0,00	698.092,81	135.352,15
Estação Resíduos e tratamento	198.876,68	0,00	0,00	81.227,85	117.648,83
Poço Artesiano	69.462,34	5.704,00	0,00	54.506,48	20.659,86
Ferramentas e Dispositivos	3.283.448,02	1.535.245,56	275.360,00	2.285.520,55	2.257.813,03

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
INTANGÍVEL	14.209.559,07	0,00	0	1.971.671,12	12.237.887,95
Marca	12.232.764,40	0,00	0,00	0,00	12.232.764,40
Softwares	1.976.794,67	0,00	0,00	1.971.671,12	5.123,55

NOTA 10 – Instituições Financeiras

Instituições Financeiras	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FINAMES/CDCs	238.339,73	6.393.466,50	238.339,73	5.864.345,85
Capital de Giro	9.405.080,26	19.646.496,97	12.406.752,91	19.399.055,16
Total	9.643.419,99	26.039.963,47	12.645.092,64	25.263.401,01

Os empréstimos para aquisição de imobilizado, contraídos por meio de Finames, CDCs e Cartão BNDES de curto prazo e longo prazo, tem taxas de juros contratados que se situam entre 0,97% e 8,7%, com média de 4,01% ao ano, sendo o vencimento da última parcela se dará em fevereiro de 2022. Os financiamentos para capital de giro, de curto e longo prazo, tem taxas de juros contratadas que equivalem a variação do CDI acrescida de 0,30% a 0,69% ao mês. O vencimento da última parcela se dará em fevereiro de 2022. Em garantia aos empréstimos e financiamentos, foram concedidas duplicatas, notas promissórias, alienação de equipamentos, penhor mercantil, hipotecas, todos com aval dos diretores, permitidos em Estatuto Social. Os valores foram atualizados até 31/03/2019, data da solicitação da Recuperação Judicial e estes valores aguardam as negociações com os credores para a sua atualização.

NOTA 11 – Parcelamentos Tributários

Parcelamentos	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Parcelamento PIS/COFINS/CSLL – Lei nº 11.941/09	120.109,56	258.862,52	120.109,56	412.283,01
Parcelamento INSS – Lei nº 11.941/09	85.837,32	184.999,31	85.837,32	294.642,56
Parcelamento PIS/COFINS – Lei nº 11.941/09	312.378,36	673.241,31	312.378,36	1.072.254,23
Parcelamento INSS – Art. 3º Lei nº 11.941/09	32.920,44	70.952,81	32.920,44	113.003,29
Parcelamento SESI/SENAI	63.457,40	141.649,57	63.457,40	211.064,75
Parcelamento ICMS	354.766,69	557.820,82	792.864,16	822.532,02
Parcelamento COFINS/INSS RB	0,00	0,00	107.439,71	0,00
Parcelamento INSS DCF WEB	1.185.613,83	3.044.645,44	1.185.613,83	3.816.513,28

Total	2.155.083,60	4.932.171,78	2.700.620,78	6.742.293,14
--------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

NOTA 12 – Passivos Contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. Existem processos trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável no valor de R\$ 1.451.245,82, não garantidos por depósito judicial, sobre o qual foi constituída provisão. Esta provisão foi baseada nas premissas determinadas pela Ata da Assembleia Geral de Credores da empresa Farina S/A Componentes Automotivos, onde limita os valores de credores trabalhistas. A empresa possui uma única causa cível que de acordo com opinião dos advogados será de perda improvável, não sendo contabilizado o valor pertinente.

NOTA 13 – Seguros

Em 31/12/2022 a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos em prédios de uso, para estoques e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. O seguro total para sua frota de veículos foi realizado em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

NOTA 14 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A Companhia obteve ganho com processo transitado em julgado em 28/03/2019 para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS /COFINS cujo valor total apurado atualizado na data da habilitação do crédito foi de R\$ 15.201.408,00. Em função da incerteza do valor a ser reconhecido pelo órgão fiscalizador em análise dos créditos habilitados pela própria RFB, os valores serão contabilizados como receita na data que ocorre a compensação dos créditos habilitados com impostos e contribuições administrados pela RFB e nesta data oferecida a tributação de IRPJ e CSLL conforme orientação do assessor jurídico da empresa.

NOTA 15 – Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 17.130.000,00 (dezessete milhões, cento e trinta mil Reais), totalmente integralizado e dividido em 112 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e pertencente a acionistas residentes no País.

NOTA 16 – Eventos Subsequentes

Atendendo a deliberação do CPC 24 - Evento Subsequente, Item 21 sobre evento subsequente ao período contábil das Demonstrações Contábeis que não originam ajustes cabe destacar que por decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária, no dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. As decisões individuais transitadas em julgado serão analisadas pela administração da Companhia, sempre com suporte de nossos assessores jurídicos externos, e se for o caso, serão identificados casos em que houve modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade, momento que serão provisionados os valores relativos a essas causas. Continuamos monitorando o tema, que podem trazer no futuro rediscussão sobre outros temas que já possuem o trânsito em julgado favoráveis, mas somente a partir de agora os fiscos municipais, estaduais e federal trarão novamente as discussões à tona.

Erny Dreher Antinolfi
Diretor
CPF: 426.056.010-72

Andre Dreher Giovannini
Diretor
CPF: 825.785.400-04

Marciane de Villa
Contadora CRC-RS 78.525
CPF: 003.399.590-70